

*Estudos Linguísticos & Aplicados***A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS
EM PERIÓDICOS CIENTÍFICOS:
DISCURSOS EM TORNO DO INGLÊS COMO LÍNGUA FRANCA***Valmeria Brito Almeida Vilela Ferreira**

RESUMO: Este artigo aborda os discursos que regulam e endossam as políticas linguísticas de periódicos na área da saúde. A pesquisa está fundamenta nos pressupostos teóricos do Círculo de Bakhtin e busca atender os seguintes objetivos i) descrever e analisar os discursos normativos sobre as políticas linguísticas de periódicos científicos; ii) discutir como determinados valores sobre as línguas de publicação científica foram sendo (re) construídos nos discursos dos periódicos investigados. O *corpus* deste trabalho é composto por editoriais e instruções aos autores de periódicos da área médica, publicados entre 1987 e 2020. Os resultados apontam que a busca por visibilidade internacional leva parte dos periódicos a adotar uma política monolíngue, prescrevendo o uso do inglês como a língua franca. Por outro lado, percebem-se políticas editoriais que instituem espaço para o multilinguismo e práticas de escrita científica multilíngues.

PALAVRAS-CHAVE: Escrita científica; Língua franca; Política linguística.

Introdução

As normas e as regras que orientam a escrita de um texto acadêmico-científico para a publicação em periódicos não são meras informações técnicas sobre o estilo e a estrutura composicional de artigos e a língua de publicação, mas são meios de definir determinados modos de dizer nas diferentes áreas do conhecimento. Os periódicos científicos desempenham, assim, um papel fundamental na promoção e consolidação de práticas de escrita, uma vez que, dispondo de todo um aparato tecnológico e legitimidade, conferida por uma comunidade científica, fazem circular normas e modelos de escrita, que reverberam e influenciam as práticas de letramento nas universidades. Ademais, os discursos orientadores dos editores são perpassados por injunções sociais e históricas. Ou seja, as políticas editoriais das revistas científicas dialogam com as vozes oficiais oriundas de agências de fomento, bases indexadoras e instituições internacionais, que estabelecem políticas e diretrizes para a pesquisa, escrita e publicação de artigos científicos. Diante desse quadro, parto da ideia de que os editores,

* Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

agentes responsáveis pela instituição das normas de submissão de uma revista, respondem às pressões pela internacionalização e aos discursos oficiais de formas variadas; em outras palavras, podem assimilar ou não tais injunções e discursos. Portanto, os discursos orientadores para a escrita científica dos periódicos não são enunciados neutros, elaborados num vácuo social e histórico, mas são produtos de um campo do conhecimento permeados por relações de poder e por uma atmosfera valorizante.

Sendo assim, as orientações/instruções não são atemporais e estáveis, mas construções sociais que respondem às demandas de um certo campo do saber e são constituídas na/pela relação entre as instâncias de produção das normas, isto é, os periódicos/editores, as instituições de financiamento de pesquisa, os comitês internacionais e as bases indexadoras.

Partindo dessas considerações, neste artigo, analiso um *corpus* composto por normas de submissão e editoriais de periódicos da área médica com o intuito de : i) descrever e analisar os discursos normativos sobre as políticas linguísticas, propagados por periódicos nacionais; ii) elucidar como determinados valores e convenções sobre as línguas utilizadas para a publicação foram sendo (re) construídos por esses discursos nos periódicos investigados. Este estudo está fundamentado na Teoria Dialógica do Discurso (BAKHTIN, 2010, 2010a, 2010b, 2016; VOLOCHINOV, 2017) e nos princípios metodológicos do correlacionamento de textos, propostos por Bakhtin (2010) e Geraldi (2012). Acredito que por meio dessa perspectiva teórico-metodologia é possível apreender as relações dialógicas que os enunciados selecionados estabelecem entre si em torno da língua de publicação dos artigos.

Organizo este texto em duas partes. Na primeira, discorro brevemente sobre os conceitos de dialogismo e enunciado que norteiam este trabalho e auxiliam na compreensão do objeto de pesquisa. Na segunda, apresento e analiso enunciados retirados de normas de submissão e de editoriais publicados em periódicos nacionais que tratam das línguas prescritas para a publicação.

Perspectiva teórica para entender o caráter dialógico dos textos/discursos normativos dos periódicos científicos

Nos estudos desenvolvidos pelo chamado Círculo de Bakhtin há uma compreensão de que os sujeitos falam e escrevem para alguém e a partir de um já dito. Nessa perspectiva teórica, os conceitos de diálogo e enunciado concreto são fundamentais na análise do *corpus* desta pesquisa. Pautando-me no princípio dialógico da linguagem, concebo o ato de escrever e publicar artigos como um fenômeno social disposto numa cadeia comunicativa

(VOLÓCHINOV, 2017), visto que a produção de um texto não pode prescindir de seu direcionamento a um interlocutor e de seu caráter responsivo aos enunciados anteriores. Nesse ponto, entendo que a responsividade é uma característica que constitui o processo de escrita acadêmico-científica e está presente na interação que o escrevente estabelece com (i) seus leitores reais ou presumidos, (ii) com os discursos teóricos de seu campo disciplinar e (iii) com as normas estabelecidas para a escrita de textos de uma determinada área de conhecimento. Neste artigo, o meu olhar está voltado para essa última forma de diálogo, pois considero que os textos normativos e as instâncias envolvidas na produção e publicação de artigos científicos exercem um papel mediador no letramento acadêmico.¹ Essa mediação pode ser flagrada, por exemplo, no processo de escrita em que o estudante/pesquisador recorre e responde às normas de submissão de um periódico para configurar o seu texto de acordo com os padrões estilísticos e composicionais exigidos para a publicação de um trabalho científico. Por outro lado, os próprios textos normativos são produzidos em resposta a certas condições sociais, ideológicas e históricas, que os constituem e, de certa forma, os forjam.

Além de apontar para o caráter dialógico do processo de escrita acadêmico-científica, os estudos do Círculo contribuem nesta investigação com o seu conceito de enunciado concreto. Com base nessa noção, analiso os textos que compõem o *corpus* deste trabalho como enunciados, situados na história e na sociedade e dentro de uma arena discursiva e dialógica, perpassada por ideologias e relações de poder.

A discussão sobre o enunciado concreto ocupa um lugar de destaque nos estudos do Círculo e é desenvolvida por Bakhtin (2016) por meio de um paralelo entre o enunciado e a oração. O autor concebe o primeiro como a real unidade da comunicação discursiva e afirma que não interagimos por meio de orações, mas empregamos e proferimos a língua em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos. Sendo assim, na Teoria Dialógica do Discurso, qualquer manifestação discursiva- desde uma simples palavra ou expressão até textos mais complexos como artigos científicos- que conceda espaço para possíveis respostas é vista como um enunciado, um elo da cadeia comunicativa. Essa noção pode ser encontrada no fragmento de *Marxismo e filosofia da linguagem* transcrito abaixo:

Um livro, ou seja, um discurso verbal impresso também é um elemento da comunicação discursiva. Esse discurso é debatido em um diálogo direto e vivo, e, além disso, é orientado para uma percepção ativa: uma análise minuciosa e uma réplica interior, bem como uma reação organizada, também impressa, sob formas

¹ O termo mediador de letramento, em inglês “brokers” foi apresentado por Curry e Lillis (2006). Para as autoras, essa mediação não está limitada apenas na interação entre indivíduos, pois podem existir interações de natureza política e institucional.

diversas elaboradas em dada esfera da comunicação discursiva (resenhas, trabalhos críticos, textos que exercem influência determinante sobre trabalhos posteriores, etc.). [...]Desse modo, o discurso verbal impresso participa de uma espécie de discussão dialógica em grande escala: responde, refuta ou confirma algo, antecipa as respostas e críticas possíveis, busca apoio e assim por diante. (VOLOCHINOV, 2017, p. 219)

Pode-se verificar no fragmento precedente que a conclusibilidade, ou seja, a possibilidade de diálogo/resposta que uma palavra, uma expressão e um texto suscitam numa dada esfera de comunicação é uma das características que os constituem como enunciados concretos. Essa ideia é retomada por Bakhtin (2016, p. 34), quando o autor afirma que os gêneros científicos “são unidades da comunicação discursiva, que estão dispostas para a resposta do outro (dos outros), para sua ativa compreensão responsiva”. De acordo com esse teórico, a atitude responsiva compreende um processo que vai desde uma simples compreensão e assimilação da palavra alheia até sua reacentuação e refutação, engendrando, assim, outros enunciados que reverberam os enunciados alheios e alimentam essa cadeia comunicativa.

A atitude responsiva de um enunciado é acompanhada por apreciações valorativas em que o discurso alheio pode ser transmitido “em tons irônicos, indignados, simpáticos, reverentes” (BAKHTIN, 2016, p. 59). Como demonstra o filósofo russo, os tons expressivos e atitudes valorativas podem ser manifestados por meio de recursos lexicais e sintáticos de uma determinada língua. Tais recursos são utilizados nas interações entre os sujeitos e, geralmente, marcam a relação do falante/escritor com o objeto do enunciado (e os já-ditos sobre esse objeto) e com os interlocutores que participam dessas comunicações discursivas.

A ideia de que a expressividade ou apreciação valorativa constitui o enunciado é central neste artigo, pois desperta e direciona o meu olhar para a dimensão axiológica dos textos selecionados para esta investigação. Ademais, a noção de que o enunciado é um elo, que nasce do diálogo, assimilando, reelaborando e reacentuando os já-ditos, leva-me a considerar o processo de produção, circulação e recepção desses enunciados/textos na sua comunidade discursiva.

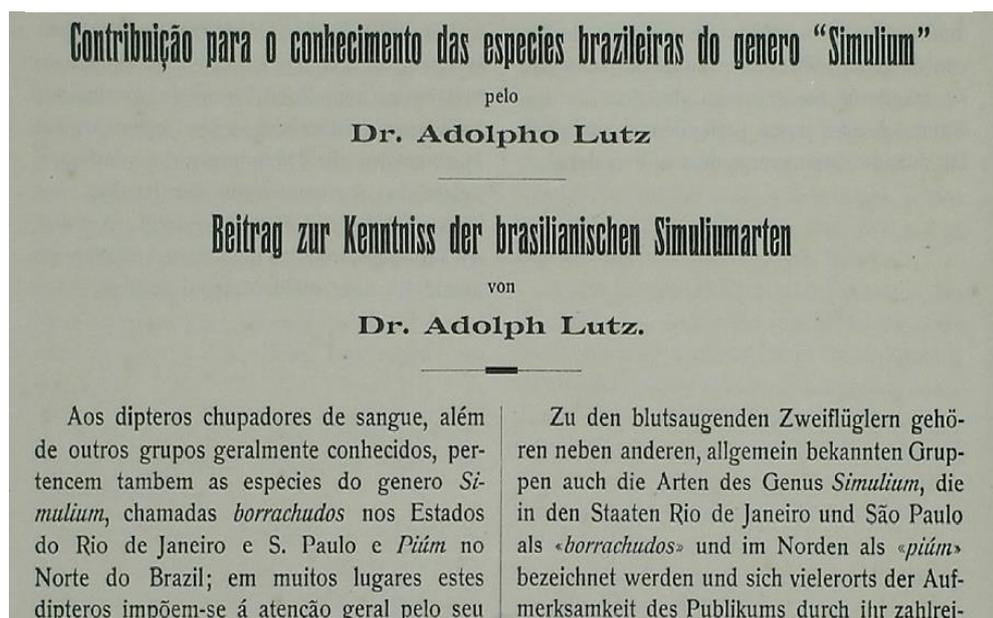
Sob essa ótica, na próxima seção, busco apreender os diálogos e os valores que permeiam e (re) constituem as normas e os discursos que orientam a escrita médica no que diz respeito às políticas linguísticas de publicação, por meio das normas de submissão e editoriais das revistas *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, *Cadernos de Saúde Pública* e *Revista de Saúde Coletiva*,² publicados entre os anos de 1989 e 2020.

² O periódico *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* foi criado em 1909, é editado pelo Instituto Oswaldo Cruz e publica artigos científicos em diferentes subáreas médicas, dentre elas, medicina tropical, parasitologia, microbiologia e imunologia. *A Revista de Saúde Pública*, fundada em 1967, e os *Cadernos de Saúde Pública*, criado em 1985, tratam de temas sobre a saúde coletiva e são editados, respectivamente pela Faculdade de Saúde Pública

A arena discursiva em torno do(s) idioma(s) de publicação do artigo científico: uma visão diacrônica

Iniciamos esta análise lançando um olhar diacrônico nos fascículos da revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*. A leitura de seus artigos publicados na primeira década do século XX chama a nossa atenção para a construção composicional desses textos estruturados em duas colunas a fim de veicular duas línguas: a vernacular e uma estrangeira. Veja-se:

Figura 1 - Artigo da revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*



Fonte: Disponível em: <https://memorias.ioc.fiocruz.br/content>. Acesso em: 30 de mar. 2019.

Como pode ser observado na figura acima, a estrutura composicional do artigo, disposta em duas colunas, cumpria a função de veicular duas línguas – a vernacular e uma estrangeira – acenando, assim, para um auditório internacional. De acordo com Willcox (1989), nesse tipo de edição bilíngue, adotada até o ano de 1915, o português e o alemão eram predominantes, embora o francês e o inglês também ocorressem. O multilinguismo foi fomentado nos primeiros seis anos dessa revista, denotando o seu intuito em alcançar uma audiência internacional. É importante notar, entretanto, que, nesse período, o discurso que promove o inglês como língua franca da ciência ainda não tinha emergido.

da Universidade de São Paulo e pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fiocruz. Atualmente, todos os volumes desses periódicos estão disponíveis *on-line*, oferecendo um rico acervo de artigos, que compõem os estudos na área da saúde no Brasil, bem como uma rica fonte de dados para o estudo da escrita acadêmica na área médica.

Essas observações iniciais sobre as políticas linguísticas da revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* foram corroboradas e enriquecidas pelo trabalho de Hanes (2016). Nesse estudo, o pesquisador apresenta de forma detalhada como as coerções sociais, políticas e institucionais reconfiguraram os idiomas utilizados para a escrita dos artigos dessa revista, identificando cinco períodos em suas políticas editoriais, a saber: *The two-column format* (1909-1915); *the contiguous translation period* (1923-1956), *the portuguese-only period* (1956-1977), *the abstract period* (1980-1993), *the english-only period* (1994).

As transformações dessas políticas linguísticas podem ser ilustradas brevemente por meio de editoriais, publicados na revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* em 1987 e 1992, como pode ser visto a seguir:

(1) Todos os artigos, inclusive os solicitados serão submetidos ao Conselho Editorial para a aprovação. Deverão ser preferentemente escritos em inglês, mas também serão aceitos em português, francês ou espanhol. A redação deve ser concisa, clara e direta. (COURA, 1987, p.1)

(2) The *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* publishes original research in English [...]. Review articles and articles in Portuguese are only considered by prior agreement with the Editor. (COURA, 1992, p.1)

O cotejamento desses dois enunciados marca um momento de transição da revista para uma política monolíngue e revela um movimento de assimilação do discurso que defende o inglês como língua da ciência. No excerto (1), apresenta-se uma instrução aos autores, publicada em 1987, na qual o uso do advérbio “preferentemente” pode ser visto como um direcionamento do periódico para a prática de escrita e submissão de artigos em inglês, apesar do acréscimo da expressão adversativa “mas também serão aceitos em português, francês ou espanhol”.

Já no excerto (2), encontramos outra instrução, publicada em 1992, que apaga o advérbio “preferentemente” e prescreve a escrita e publicação de artigos em inglês. Vale observar que o procedimento da revista em redigir tal instrução na língua anglófona desvela o seu interesse em estabelecer uma interlocução com pesquisadores nativos ou falantes desse idioma e atraí-los para publicar no periódico.

Em contrapartida, verifica-se, ainda, na instrução (2), uma ressalva aos artigos escritos na língua vernácula através do enunciado: *Review articles and articles in Portuguese are only considered by prior agreement with the editor*. A partir desse período, os artigos em português começam a ser interditados da revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* que, em 1994, consolida sua política linguística monolíngue (HANES, 2016).

Tais mudanças provocaram debates e reações diversificadas na esfera editorial das revistas médicas. Em 1993, por exemplo, o editor da revista *Cadernos de Saúde Pública* escreveu um artigo intitulado “Análise crítica de uma revista institucional: as Memórias do Instituto Oswaldo Cruz”, apresentando o seu posicionamento em relação à adoção do inglês como a única língua de publicação dessa revista. Esse artigo responde às mudanças propostas pelo periódico com as seguintes considerações:

(3) A preferência dada ao inglês volta a aproximar Manguinhos de seu congêneres francês. Também em 1989, os *Annales de l'Institut Pasteur*, reputados ‘o farol internacional da pesquisa francesa’, mudavam seu próprio título, além do conteúdo, para o inglês[...] Por essa época, mesmo antes de adotar o título em inglês, renunciando àquele que marcava claramente sua origem e vinculação institucional, já se verificava que, embora quase 58% dos artigos publicados fossem originários de países francófonos, 84% desses artigos eram redigidos em inglês. Num país tão cioso de seu idioma, particularmente pela função de língua franca internacional que o francês desempenhou nos campos científico, literário e diplomático, durante muitos anos, este fato alcançou certa repercussão. (LEMOS, 1993, p.164)

Observemos que, em (3), o editor utiliza o termo “Manguinhos”³ para se referir à revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, estabelecendo uma comparação entre a sua política linguística com a dos *Annales de l'Institut Pasteur*. Em tom irônico, o editor descreve as transformações no conteúdo, no título e na estrutura do periódico francês, decorrentes da adoção de uma política monolíngue para a publicação de artigos. Em outro ponto desse texto, é possível apreender o posicionamento valorativo do editor no que tange à internacionalização das revistas em pauta e à supressão da língua vernácula nas publicações:

(4) Na fase posterior a 1980, as *Memórias* passam a encarar um novo desafio. **Deixando de lado uma maneira ‘caseira’ de fazer revista científica, orientando-se para um mercado internacional de consumidores de informação, sua avaliação tenderá a ser feita muito mais em função do impacto que causar nesse mercado do que de seu papel dentro das fronteiras nacionais.** A opção por uma revista que não usa como língua de comunicação o idioma oficial do país (o português, segundo determina o artigo 13 da Constituição Federal), opção que não é exclusiva das *Memórias*, talvez revele, como no caso do Instituto Pasteur, de Paris, que a preocupação está mais em buscar raízes na comunidade internacional do que em criar um sólido mercado interno de consumidores da produção científica que é aqui gerada (LEMOS, 1993, p. 168, destaque nosso)

No trecho destacado em (4), observa-se uma apreciação valorativa do editor em relação ao processo de internacionalização da revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, que, a partir de um ponto de vista crítico, concebe esse processo como uma forma de arrefecer o papel do periódico na divulgação do conhecimento dentro das comunidades nacionais, em favor do seu impacto internacional.

³ O termo Manguinhos refere-se ao bairro do Rio de Janeiro onde está sediada a Fundação Oswaldo Cruz.

Vale notar que as escolhas lexicais “mercado” e “consumidores” desvelam a tentativa do editor em estabelecer um elo semântico entre a internacionalização das revistas e a atividade mercantil, relacionando a prática de produção e publicação de artigos científicos com uma racionalidade capitalista. Por outro lado, a alusão do Artigo 13 da Constituição Federal⁴ expressa uma forma de instituir legitimidade e base para o posicionamento do editor com respeito à preservação da língua portuguesa nas publicações de revistas nacionais e mostrar que a política linguística monolíngue de um periódico científico vai de encontro a uma lei constitucional. Ademais, ele diz que:

(5) **Sabemos que este zelo pela língua nacional pode exalar um ranço de conservadorismo e parecer um xenofobismo anacrônico em tempos ditos pós-modernos, neoliberais e de abertura para o mundo.** Vale a pena, porém, lembrar, **como o fizeram Giambiagi & Giambiagi (1983)**, que a opção por uma língua diferente da língua nacional para a comunicação de conhecimentos científicos ‘deve responder a motivações culturais e não refletir uma hegemonia política e econômica’ e que, por exemplo, no caso da França pelo menos, **‘o abandono da língua francesa traduz uma mudança na maneira de pesquisar, nos problemas estudados e uma adaptação a padrões e modas que provêm fundamentalmente dos Estados Unidos’** (LEMOS, 1993, p. 168, destaque nosso).

É pertinente notar que, no primeiro trecho destacado em (5), há uma antecipação das reações-respostas dos leitores dos jornais, que, caso fossem adeptos da internacionalização, avaliariam o posicionamento do editor como conservador, xenofóbico e anacrônico. Desse modo, ao levar em conta uma possível contrapalavra de seus interlocutores, com respeito ao seu ponto de vista contrário às políticas linguísticas das revistas em questão, o editor apoia-se no dizer de outros pesquisadores para defender a sua ideia de que o abandono da língua vernácula e a adoção do inglês é resultado de uma hegemonia política e econômica, incidindo numa mudança nas formas, nos temas e nos padrões de pesquisa e escrita científicas.

As apreciações valorativas acerca do monolinguismo nas atividades científicas, delineadas pelo editor da revista *Cadernos de Saúde Pública*, encontram eco nos estudos de Hamel (2017), quando o pesquisador mostra que a adoção do inglês nas atividades de escrita de trabalhos científicos não significa apenas uma atividade de tradução, mas acarreta transformações nos modelos culturais de fazer pesquisas e escrever um artigo científico.

Essa temática também foi problematizada nos artigos *A tríade da publicação científica e A língua franca da ciência*, publicados na *Revista de Saúde Pública*, em 1996 e 1997. O primeiro texto faz parte de uma edição especial dedicada à comemoração dos trinta anos dessa revista,

⁴ O Artigo 13 da Constituição Federal institui a língua portuguesa como o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

e, segundo o dizer do próprio editor, o seu texto é uma reação/resposta às pressões institucionais em defesa da internacionalização da ciência brasileira, como pode ser observado nas linhas seguintes:

(6) Essas considerações vieram a propósito da forte tendência que atualmente se observa de exigir determinadas qualidades tidas por indispensáveis na avaliação de revistas que pretendam se alçar à categoria de publicações científicas. Tais atributos deveriam se caracterizar como competitivo, de impacto e de caráter internacional (FORATTINI, 1996, p. 3).

Em (6), o editor apresenta as qualidades que passam a ser exigidas para uma revista científica no contexto da internacionalização, a saber: “competitiva, de impacto e de caráter internacional”. Todavia, problematiza a validade de tais “atributos”, refletindo sobre a realidade da ciência do “terceiro mundo”.⁵ Nessa perspectiva, o editor se refere aos critérios da competitividade, do impacto e da internacionalidade como uma tríade de “natureza pretensamente científica”, que, segundo ele, surge nos ambientes de pesquisa e publicação como uma ameaça ao caráter altruísta e desinteressado das atividades científicas.

No discurso do editor, essa “tríade científica” seria responsável pelo processo de mercantilização da ciência e transformação dos produtos científicos em mercadorias de consumo, que visam a propiciar renda e poder para determinados pesquisadores, instituições e periódicos. Nesse viés, o editor concebe o artigo científico como um produto a ser comercializado pelas revistas. Vejamos o trecho a seguir:

(7) Torna-se lícito estabelecer correspondências entre um **canal de televisão** (TV), como empresa, e uma **revista científica** (RC), como empreendimento intelectual. Os produtos a serem comparados serão a **telenovela** e o **artigo científico**, respectivamente. [...] A “modernidade” pressupõe a livre competição, onde o que vale é a darwiniana ‘struggle for life’, da sobrevivência do mais forte ou mais apto (não importa muito em função de que qualidades) [...]. Destarte, no exemplo figurado, como a telenovela poderá demonstrar a sua competitividade? Para tanto, lança-se mão dos serviços de empresas especializadas em auscultar a opinião do público assistente. Mediante procedimento adequado, elas levantam o chamado **‘índice de audiência’**. Entre nós, dos mais conhecidos vem a ser o **do IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística)**. Desse modo, a referida telenovela permanecerá em cartaz desde que seu ‘íbope’ se mantenha elevado, o que lhe possibilitará alcançar a desejada durabilidade. Em decorrência, o que acima se considerou sobre a telenovela, tem-se procurado aplicar ao artigo científico. Atualmente, encarrega-se disso determinada empresa conhecida pela sigla **ISI (‘Institute for Scientific Information’)** que desde os anos setenta vem adquirindo notoriedade com o levantamento de parâmetros conhecidos como **‘índices de citação’** [...]. Objetiva ele o **avaliar da frequência com que determinado artigo científico é citado na matéria publicada em certo número de periódicos** [...] Como se vê, trata-se de procedimento perfeitamente comparável aquele do **levantamento do ‘índice**

⁵ Esse termo aparece 13 vezes no artigo e remete-nos à discussão desenvolvida no artigo *Lost Science in the third world*, publicado em 1995, na revista *Scientific America*. Nesse artigo, Gibbs desenvolve uma discussão sobre as publicações de artigos científicos “perdidas no terceiro mundo” e “invisíveis” no mundo acadêmico globalizado. Esse texto é mencionado em Forattini (1996).

de audiência’ para determinada telenovela. (FORATTINI, 1996, p. 4-5, destaque nosso)⁶

Observando, em (7), as expressões em negrito, flagra-se uma correspondência entre: i) o canal de televisão e a revista científica; ii) a telenovela e o artigo científico; iii) o índice de audiência e o índice de citação; iv) o IBOPE e o ISI; v) a avaliação da frequência com que determinado artigo científico é citado e o levantamento do índice de audiência para determinada telenovela. Essa analogia é reveladora de um movimento de distanciamento e resistência aos valores instituídos nesse contexto de internacionalização dos periódicos, construído por uma estratégia de comparação dos índices de citação com os índices de audiência das telenovelas e a sentença “determinada empresa conhecida pela sigla ISI” imprimem um tom pejorativo e cético em relação às métricas científicas e à sua instituição propagadora, pondo em xeque a sua credibilidade.

Esse posicionamento acerca do idioma de publicação é reforçado em outro artigo publicado em 1997, intitulado *A língua franca da ciência*. Nesse texto, questiona-se o imperialismo cultural e linguístico do inglês e chama-se a atenção do leitor para os aspectos econômicos e sociais que sustentam essa visão. O editor elenca uma série de argumentos para refutar o monolinguismo das revistas científicas. Vejamos alguns excertos:

(8) **A palavra franca implica o significado de ‘franquia’, ou seja, traduz expressões como, ‘entrada franca’, ‘sinal verde’, ‘acesso irrestrito’, ‘ausência de limites’ e várias outras.** Em decorrência, ao se pensar em ‘língua franca’, subentende-se modo de exprimir, escrito ou verbal, que sirva para povos de diferentes idiomas se comunicarem entre si. Em se tratando da população constituída pelos pesquisadores científicos, atualmente verifica-se a tendência de aceitar, tacitamente, o idioma inglês como a ‘língua franca da ciência’. Com isso pretende-se abolir as barreiras que, pretensamente, obstaculariam a comunicação entre eles e mesmo no âmbito global do conhecimento (FORATTINI, 1997, p. 1, destaque nosso).

(9) A presente situação da anglofonia no mundo compreende cerca de **7,0%** da população que têm o inglês como língua materna, enquanto outros **22,6%** o têm como segundo idioma. Esta última circunstância reflete resultado de múltiplos fatores históricos, como colonizações e práticas comerciais. De qualquer maneira, cerca de 30,0% da população mundial da atualidade, é anglófona [...]. Restam os demais **70,0%**, ou seja, ao redor de **quatro bilhões de pessoas** que vivem na ignorância oficial desse idioma, como meio de comunicação entre elas (FORATTINI, 1997, p. 3, destaque nosso).

Como se pode constatar no fragmento (8), o editor, a partir de seu ângulo axiológico, tece alguns significados para palavra “franca”, que destoam da acepção consensual no cenário da internacionalização. Os sentidos convocados pelo editor, por meio de “entrada franca”,

⁶ As citações e os trechos dos enunciados deste artigo mantêm a ortografia vigente da época de suas publicações.

“sinal verde”, “acesso irrestrito”, “ausência de limites”, põem em pauta valores diferentes para o termo em questão e evocam um discurso que se distancia da perspectiva revozeada no contexto investigado. Demonstra, assim, que a noção de uma língua franca deve estar associada a um modo capaz de permitir a comunicação entre os sujeitos de diferentes nações e idiomas, a fim de eliminar as barreiras que impediriam essa interação.

Já no fragmento (9), os números e as porcentagens sublinhadas funcionam como uma estratégia argumentativa para questionar a posição do inglês na esfera científica. Esses dados, coletados no final do século XX, são tomados para revelar o desconhecimento do inglês por mais de 70% da população mundial e o fato de que a predominância desse idioma na escrita e publicação de artigos científicos não está baseada na quantidade de seus falantes, mas na hegemonia econômica de determinados países, cuja língua oficial é o inglês.

Desse modo, o discurso do editor da *Revista de Saúde Pública* incita o seu leitor a refletir sobre os fatores que explicam o *status* do inglês na esfera científica, defendendo a ideia de que a internacionalidade não deve ser sinônimo de “anglofonia”.

Os discursos dos editores, analisados nesta seção, reforçam algumas observações e questionamentos que surgiram ao longo de minhas leituras de artigos científicos publicados nos periódicos em pauta. Na revista *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, por exemplo, observei que a maior parte de seus artigos apresenta estudos sobre doenças endêmicas brasileiras como a Zika, a Dengue, a Febre Amarela, a Malária e a Doença de Chagas, dentre outras. Esses dados suscitaram os seguintes questionamentos: Em que medida esses temas são relevantes para “ciência dos países desenvolvidos e seus leitores? A pertinência das pesquisas sobre os problemas de saúde da população brasileira não justificaria a publicação de artigos com uma versão em português? Qual seria o impacto social e científico dos artigos, publicados exclusivamente em inglês, no contexto nacional, visto que muitos pesquisadores e leitores ainda não possuem proficiência na leitura em inglês?

Essas questões levaram-me a considerar a possibilidade dos artigos, com temáticas endógenas, publicados apenas na língua do “outro”, permanecerem no limbo da invisibilidade tanto no contexto internacional como nacional. Acredito que a primeira forma de invisibilidade seria decorrente da falta de interesse do público estrangeiro por temas regionais, ao passo que a segunda forma seria provocada por uma barreira linguística, já que o inglês ainda não é uma língua franca, com o significado de “acesso irrestrito” para muitos pesquisadores brasileiros.

Em suma, vemos que os discursos dos editores dos periódicos *Cadernos de Saúde Pública* e *Revista de Saúde Pública*, difundidos no final dos anos 1990, refutam o discurso do inglês

como língua franca da ciência e defendem a ideia de que a busca pela visibilidade internacional não deve obliterar a divulgação de textos científicos na língua nativa de seus autores.

Traçados os posicionamentos dos editores em torno da língua de publicação dos periódicos, apresento, na sequência, as instruções que orientam o autor-pesquisador quanto ao(s) idioma(s) de publicação prescrito(s) atualmente pelas revistas médicas investigadas.

As políticas linguísticas dos periódicos médicos: uma perspectiva sincrônica

Por meio do levantamento realizado nas normas de submissão dos periódicos, no ano de 2020, coletei as seguintes informações sobre as políticas linguísticas das revistas investigadas:

(10) Submitted papers must be written in English. Any submission written in a language that is not English will be returned to the authors. English of low quality is a major cause of delay in publication and we strongly advise authors with English as a foreign language to have their manuscripts checked by someone with English as a first language, preferably a scientist. (MEMÓRIAS DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ, 2020, n.p.)

(11) Serão aceitas contribuições em Português, Inglês ou Espanhol. (CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA, 2020, n.p.)

(12) São aceitos manuscritos nos idiomas: português, espanhol e inglês. **Artigos submetidos em português ou espanhol são traduzidos para o inglês e publicados nesses dois idiomas. Para artigos submetidos em inglês, não há tradução para o português ou espanhol.** (REVISTA DE SAÚDE COLETIVA, 2020, n.p., destaque nosso)

Como pode ser observado nos excertos acima, as instruções aos autores das revistas consolidam políticas linguísticas diferentes. Em (10), o periódico *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* prescreve o monolinguismo nas suas publicações, reafirmando o *status* do inglês como a língua franca da ciência. Uma análise mais atenta da instrução em tela permite-nos apreender um discurso que enfatiza a importância e a necessidade da revisão do artigo por nativos em inglês. Tal demanda, a meu ver, reforça a desigualdade entre os pesquisadores e dificulta a produção e publicação de artigos de autores não anglófonos, colocando em evidência uma política linguística excludente.

Já nos trechos (11) e (12), vemos que as demais revistas continuam promovendo as publicações multilíngues. Contudo, é possível verificar em (12), que a despeito de encontrarmos uma diretriz para a adoção de uma política multilíngue na escrita e publicação de artigos na *Revista de Saúde Pública*, flagra-se, no trecho em negrito, certo distanciamento do discurso editorial desse periódico, publicados na década de 1990, como vimos na seção anterior deste artigo. Na parte destacada no excerto (12) prescreve-se que os artigos submetidos em português e espanhol devem ser traduzidos para o inglês. Em contrapartida, uma tradução desse idioma para a língua vernácula não é prevista nem exigida pela revista. Interpreto esse

procedimento como uma forma de privilegiar o idioma anglófono em detrimento do espanhol e da própria língua portuguesa, bem como uma maneira de naturalizar o discurso de que os textos científicos devem ser lidos e escritos em inglês.

Considerações finais

Os resultados apresentados neste artigo demonstram que as normas sobre as políticas linguísticas para publicação são geradas numa complexa rede discursiva e axiológica. Nessa teia de discursos, as opiniões se dividem entre aqueles que assimilam, defendem e propagam a hegemonia do inglês nas atividades acadêmico-científicas, bem como aqueles que questionam e refutam o imperialismo linguístico na esfera de publicação, defendendo o multilinguismo na escrita científica. Diante disso, pode-se verificar que os discursos que orientam a escrita científica na área da saúde não são homogêneos, convergentes e neutros, visto que adotam e prescrevem diferentes normas linguísticas para guiar a produção de um artigo. Tais posicionamentos, por sua vez, estão vinculados a coerções institucionais e a dinâmicas de poder que são reverberadas nas universidades e influenciam suas práticas de letramento acadêmico.

As normas que prescrevem as línguas de publicação, por exemplo, são responsáveis por reconfigurar as práticas de escrita nas universidades, suscitando questões importantes entre os sujeitos envolvidos no letramento acadêmico (professores, editores, pesquisadores, etc.), tais como: i) o posicionamento dos professores e dos estudantes/pesquisadores diante das políticas monolíngues dos periódicos científicos, ii) os impactos dessas políticas na formação dos estudantes/pesquisadores e em suas práticas de escrita, iii) O papel do professor frente às condições e às possibilidades de acesso à leitura e à escrita de textos entre os estudantes/pesquisadores que não são fluentes em inglês.

Compreendo que a necessidade da escrita em inglês se justifica pelo seu papel na divulgação internacional de trabalhos científicos. Todavia, penso também que reconhecer essa necessidade não significa elidir as línguas vernáculas dos periódicos, que precisam ser mantidas nas publicações. Nesse rumo, partilho do entendimento de Swales (1997) de que a hegemonia do inglês na escrita científica é uma ameaça à diversidade linguística nessa esfera.

THE CONSTRUCTION OF LINGUISTIC POLICIES IN SCIENTIFIC JOURNALS: DISCOURSES ABOUT ENGLISH AS THE LINGUA FRANCA

ABSTRACT: This article focuses on the discourses that guide and endorse the linguistic policy in scientific journals of the Health Area. The study is based on the theoretical assumptions of Bakhtin Circle and it aims to i) describe and understand the discourses about the linguistic policy in scientific journals and ii) discuss how certain values about the languages of the scientific publication have been (re)constructed in the discourses of

the investigated journals. The selected *corpus* is composed by a set of norms to submit and editorials collected in medical journals, published between 1987 and 2020. The results indicate that the search for international visibility led some journals to adopt a monolingual linguistic policy, by prescribing the use of English as a *lingua franca*. In another way, there are editorial policies that make room for multilingualism in scientific writing for publication.

KEYWORDS: *Lingua franca*; Scientific writing; Linguistic policy.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2010a.
- BAKHTIN, M. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010b.
- BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: Editora 34, 2016.
- CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA. *Instrução aos Autores*. Disponível em: [CSPhttp://cader-nos.ensp.fiocruz.br/csp/submissao/instrucao-para-autores](http://cader-nos.ensp.fiocruz.br/csp/submissao/instrucao-para-autores). Acesso em: 20 jun. 2020.
- COURA, J. R. Memórias das Memórias. *Mem. Inst. Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro, v. 82, n. 4, p. xx, out./dez. 1987. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0074-02761987000400023>. Acesso em: 06 maio 2020.
- COURA, J. R. Memórias das Memórias. *Mem. Inst. Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro. vol.87, n.1. Jan./Mar. 1992. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0074-02761992000100028>. Acesso em 06 maio 2020).
- CURRY, M. J.; LILLIS T. M. Professional Academic Writing by Multilingual Scholars: Interactions With Literacy Brokers in the Production of English-Medium Texts. *Written Communication*, v. 23, n. 1, Jan. 2006, p. 3-35.
- FORATTINI, O. P. A tríade da publicação científica. *Rev. Saúde Pública*, v. 30, n. 1, p. 3-12, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89101996000100002>. Acesso em 05 maio 2020.
- FORATTINI, O. P. A língua franca da ciência. *Rev. Saúde Pública*, v. 31, n. 1, p. 3-8, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-891019970001000>. Acesso em: 03 maio 2020.
- GERALDI, J. W. Heterocientificidade nos estudos linguísticos. In: GRUPO DE ESTUDOS DE GÊNEROS DISCURSIVOS (org.). *Palavras e Contrapalavras: Enfrenando questões da metodologia bakhtiniana*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012, p. 19-39.
- GIBBS, W. Lost science in the Third World. *Scientific American*. v. 273, n. 2, p. 92-99. 1995.
- HAMEL R. E. Enfrentando las estrategias del imperio: hacia políticas del lenguaje en las ciencias y la educación superior en América Latina. In: DINIZ, A. G.; PEREIRA, D. A.; ALVES, L. K. *Poéticas e políticas da linguagem em vias de descolonização*. São Carlos (SP): Pedro & João Editores, 2017. p. 229-261.
- HANES, W. F. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz from the age of empire to the post-gutenberg world: lingua franca and the culture of tropical medicine*. Tese de Doutorado. Universidade

Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-graduação em Estudos de Tradução, Florianópolis, 2016.

LEMOS, A. A. B. Análise Crítica de um Revista Institucional: as Memórias do Instituto Oswaldo. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, v. 9, n.2, p. 161-169, abr./jun., 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1993000200007>. Acesso em: 06 maio 2020.

MEMÓRIAS DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ. *Instrução aos Autores*. Disponível em: <https://www.scielo.br/journal/mioc/about/#instructions>. Acesso em: 20 maio 2020.

REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA. *Instrução aos Autores*. Disponível em: <https://www.scielo.br/journal/rsp/about/#instructions>. Acesso em: 20 maio 2020.

SWALES, J. M. *English as tyrannosaurus rex*. *World Englishes*, vol 16, n° 3, pp. 373-382, 1997.

VOLÓCHINOV, Valentin N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólvoka Américo. São Paulo: Editora 34, 2017.

WILLCOX, M. C. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz: 80 anos de editoração. *Mem. Inst. Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro. v. 84, n. 3, p. 435-439, jul./set. 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0074-02761989000300024>. Acesso em: 03 mar 2020.

Recebido em: 21/09/2022.

Aprovado em: 13/03/2023.